

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

KLEDSON DE SOUZA SANTOS  
ISIS SILVA FEITOSA

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA S/A  
USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL EM CINCO ANOS  
UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 À 2019**

Maceió  
2019

KLEDSON DE SOUZA SANTOS

ISIS SILVA FEITOSA

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA S/A  
USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL EM CINCO ANOS  
UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 À 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Alagoas, no curso de graduação em Ciências Contábeis, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Artur Ângelo Ramos Lamenha

Maceió

2019

**Catlogação na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237c Santos, Kledson de Souza.

O comportamento dos indicadores econômico-financeiros da S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool em cinco anos : uma análise das demonstrações contábeis de 2015 à 2019 / Kledson de Souza Santos, Isis Silva Feitosa. – 2019.  
53 f.

Orientador: Artur Ângelo Ramos Lamenha.

Monografia (Trabalho de Conclusão Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió.

Bibliografia: f. 51-53.

1. Demonstrações contábeis. 2. Situação econômico-financeira (Contabilidade). 3. Empresas - Avaliação. 4. Usina Coruripe Açúcar e Alcool. I. Feitosa, Isis Silva . II. Título.

CDU: 657.372.2

KLEDSON DE SOUZA SANTOS  
ISIS SILVA FEITOSA

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA S/A  
USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL EM CINCO ANOS  
UMA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 À 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Alagoas, no curso de graduação em  
Ciências Contábeis, como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Artur Ângelo  
Ramos Lamenha

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Artur Ângelo Ramos – UFAL  
Orientador

---

Paulo Sérgio Cavalcante – UFAL  
Membro examinador

---

Alexandra da Silva Vieira – UFAL  
Membro examinador

## RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso, que possui como objetivo abordar a análise dos índices econômico-financeiros da S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool. Empresa significativa na economia nacional, maior do setor sucroalcooleiro do Norte-Nordeste, nona maior do Brasil, gera mais de 9.400 empregos diretos, uma das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, segundo a Revista Você S/A (Cana Online, 2017). É uma Sociedade Anônima de capital fechado, fundada em 1925, no município de Coruripe-AL, possui grande responsabilidade socioambiental, com uma vasta área própria destinada a preservação. O estudo de caso caracteriza-se pelo estudo aprofundado e analítico do objeto estudado. Classifica-se como descritivo, pois permite identificar problemas, e compara os resultados obtidos pela análise. A metodologia utilizada foi feita por meio de técnicas padronizadas através do cálculo de índices econômico-financeiros e coleta de dados. Os procedimentos foram do tipo documental, extraídas das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) da entidade em estudo, dos anos de 2015 à 2019. A pesquisa é tratada de forma qualitativa, pois descreve a profundidade do tema, quantitativa concebendo os dados da Empresa de forma precisa com finalidade principal a realização do estudo de caso por meio da análise dos demonstrativos contábeis da empresa, por indicadores, também por meio das análises vertical e horizontal. É importante ressaltar que as informações apresentadas por meio da análise possuem grande poder de auxílio a gestão, e é recomendado que seus resultados sejam analisados em conjunto, levando em consideração dados externos ao ambiente organizacional da empresa.

**Palavras-chave:** Análise das demonstrações contábeis. Situação econômica. Situação financeira. Usina Coruripe.

## ABSTRACT

This work is a case study, which aims to address the analysis of the economic and financial indices of the S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool. A significant company in the national economy, the largest in the sugarcane sector in the north-northeast, ninth largest in Brazil, generates more than 9,400 direct jobs, one of the 150 best companies to work in Brazil, according to *Você S/A* magazine (Cana Online, 2017). It is a privately-traded corporation, founded in 1925, in the county of Coruripe-AL, has a large socio-environmental responsibility, with a vast area dedicated to preservation. The case study is characterized by an in-depth and analytical study of the object studied. It is classified as descriptive, because it allows to identify problems, and compares the results obtained by the analysis. The methodology used was made by means of standardized techniques by calculating economic and financial indexes and data collection. The procedures were of the documental type, extracted from the financial statements (balance sheet and income statement) of the study entity, from 2015 to 2019. The research is treated qualitatively, as it describes the depth of the subject, quantitatively conceiving the company's data in a precise way with the main purpose of conducting the case study through the analysis of the company's accounting statements, by indicators, also through vertical and horizontal analyses. It is important to emphasize that the information presented through the analysis possessed a large power of aid to management, and it is recommended that its results be analyzed together, taking into account external data to the organizational environment of the company.

**Key words:** Financial statement analysis. Economic situation. Financial situation. Coruripe factory.

## LISTA DE FÓRMULAS

FÓRMULA 1 - LIQUIDEZ GERAL .....	23
FÓRMULA 2 - LIQUIDEZ CORRENTE .....	23
FÓRMULA 3 - LIQUIDEZ SECA .....	24
FÓRMULA 4 - LIQUIDEZ IMEDIATA .....	24
FÓRMULA 5 - PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS TOTAIS .....	25
FÓRMULA 6 - PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS .....	26
FÓRMULA 7 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO .....	26
FÓRMULA 8 - IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
FÓRMULA 9 – PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE VENDAS .....	28
FÓRMULA 10 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE COMPRAS.....	28
FÓRMULA 11 - PRAZO MÉDIO DE RENOVAÇÃO DE ESTOQUES.....	29
FÓRMULA 12 - POSICIONAMENTO DE ATIVIDADES.....	29
FÓRMULA 13 - CICLO OPERACIONAL.....	30
FÓRMULA 14 - CICLO FINANCEIRO.....	30
FÓRMULA 15 - MARGEM OPERACIONAL.....	31
FÓRMULA 16 - MARGEM LÍQUIDA .....	31
FÓRMULA 17 - GIRO DO ATIVO .....	32
FÓRMULA 18 - RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO.....	32
FÓRMULA 19 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
FÓRMULA 20 - PAYBACK EMPRESA .....	33
FÓRMULA 21 - PAYBACK EMPRESÁRIO.....	33
FÓRMULA 22 – FATOR DE INSOLVÊNCIA.....	34

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE DISPONIBILIDADES, ESTOQUES E TRIBUTOS A RECUPERAR .....	37
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	41
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL.....	43
GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE ATIVIDADE .....	45
GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE .....	48
GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO DO PAYBACK .....	50
GRÁFICO 7 - VARIAÇÃO DO FATOR DE INSOLVÊNCIA.....	51



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FATOR DE INSOLVÊNCIA .....	34
TABELA 2 - TERMÔMETRO DE INSOLVÊNCIA.....	35
TABELA 3 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO .....	36
TABELA 4 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	38
TABELA 5 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	40
TABELA 6 - POSICIONAMENTO DE ATIVIDADE .....	46
TABELA 7 - CICLO OPERACIONAL E FINANCEIRO .....	47

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição do Endividamento
CF	Ciclo Financeiro
CO	Ciclo Operacional
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FI	Fator de Insolvência
GA	Giro do Ativo
IPL	Imobilização do Patrimônio Líquido
IR	Imposto de Renda
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
ML	Margem Líquida
MO	Margem Operacional
PA	Posicionamento das Atividades
PB	Payback
PCTRP	Participação do Capital de Terceiros sobre os Recursos Próprios
PCTRT	Participação do Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais
PMPC	Prazo Médio de Pagamento de Compras
PMRE	Prazo Médio de Renovação dos Estoques
PMRV	Prazo Médio de Recebimento de Vendas
TRI	Taxa de Retorno sobre o Investimento
TRPL	Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool .....	12
1.2. A Análise das Demonstrações Contábeis .....	12
1.3. Problema de Pesquisa .....	13
1.4. Justificativa.....	13
1.5. Objetivos .....	14
1.5.1. Objetivo Geral.....	14
1.5.2. Objetivos Específicos .....	14
1.6. Metodologia.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	16
2.1. Balanço Patrimonial .....	16
2.1.1. Ativo.....	16
2.1.2. Passivo .....	18
2.1.3. Patrimônio Líquido.....	19
2.2. Demonstrativo do Resultado do Exercício .....	19
2.3. Análise Vertical e Horizontal .....	20
2.3.1. Análise Vertical .....	21
2.3.2. Análise Horizontal.....	21
2.4. Índices de Liquidez.....	22
2.4.1. Liquidez Geral.....	22
2.4.2. Liquidez Corrente .....	23
2.4.3. Liquidez Seca .....	23
2.4.4. Liquidez Imediata.....	24
2.5. Estrutura de Capital.....	24
2.5.1. Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	25

2.5.2.	Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Próprios .....	25
2.5.3.	Composição do Endividamento .....	26
2.5.4.	Imobilização do Patrimônio Líquido .....	27
2.6.	Indicadores de Atividade .....	27
2.6.1.	Prazo Médio de Recebimento de Vendas .....	27
2.6.2.	Prazo Médio de Pagamento de Compras .....	28
2.6.3.	Prazo Médio de Renovação de Estoques .....	28
2.6.4.	Posicionamento das Atividades .....	29
2.6.5.	Ciclo Operacional .....	29
2.6.6.	Ciclo Financeiro .....	30
2.7.	Índices de Rentabilidade .....	30
2.7.1.	Margem Operacional .....	31
2.7.2.	Margem Líquida .....	31
2.7.3.	Giro do Ativo .....	32
2.7.4.	Retorno sobre o Investimento .....	32
2.7.5.	Retorno sobre o Patrimônio Líquido .....	32
2.8.	Payback Empresa e Payback Empresário .....	33
2.9.	Fator de Insolvência .....	33
3.	APLICAÇÃO NA S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL .....	36
3.1.	Análise Vertical e Horizontal .....	36
3.1.1.	Ativo .....	36
3.1.2.	Passivo e Patrimônio Líquido .....	38
3.1.3.	Demonstração do Resultado do Exercício .....	39
3.2.	Análise da Liquidez .....	41
3.2.1.	Liquidez Geral .....	41
3.2.2.	Liquidez Corrente .....	42

3.2.3.	Liquidez Seca .....	42
3.2.4.	Liquidez Imediata.....	43
3.3.	Estrutura de Capital.....	43
3.3.1.	Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais.....	43
3.3.2.	Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Próprios .....	44
3.3.3.	Composição do Endividamento .....	44
3.3.4.	Imobilização do Patrimônio Líquido .....	44
3.4.	Indicadores de Atividade .....	45
3.4.1.	Prazo médio de Recebimento de Vendas .....	45
3.4.2.	Prazo médio de Pagamento de Compras.....	46
3.4.3.	Prazo médio de Renovação de Estoques.....	46
3.4.4.	Posicionamento de Atividades.....	46
3.4.5.	Ciclo Operacional e Financeiro.....	47
3.5.	Índices de Rentabilidade .....	48
3.5.1.	Margem Operacional .....	48
3.5.2.	Margem Líquida.....	49
3.5.3.	Giro do Ativo .....	49
3.5.4.	Retorno sobre o Investimento.....	49
3.5.5.	Retorno sobre o Patrimônio Líquido .....	49
3.6.	Payback Empresa e Payback Empresário .....	50
3.7.	Fator de Insolvência.....	51
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
	REFERÊNCIAS.....	54

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool**

A empresa S/A foi fundada em 1925, no município de Coruripe - AL, a partir da junção de vários engenhos e, em 1941, o empreendedor Tércio Wanderley adquiriu o controle acionário da empresa. Em 1994, a partir da aquisição da Destilaria Alexandre Balbo, no município de Iturama, a empresa ampliou suas atividades para o estado de Minas Gerais. Em 2001, foi criada a Coruripe Energética, uma unidade de cogeração de energia elétrica, na Unidade Iturama, para aproveitar a grande quantidade de bagaço de cana produzida nas suas usinas. Nos anos de 2002 a 2008, foram inauguradas quatro novas unidades da empresa, uma filial de cogeração de energia elétrica e três usinas canavieiras, todas em Minas Gerais. Após vários anos de muito trabalho, a empresa se tornou um dos maiores grupos produtores de açúcar, álcool e energia do Brasil, com capacidade para moer, por ano, 14,4 milhões de toneladas de cana e produzir 470 milhões de litros de etanol, 20 milhões de sacas de açúcar e 680 mil MWH de energia, contando com um quadro de mais de 9.400 funcionários. (Institucional – Usina Coruripe, 2019)

A produção de cana-de-açúcar tem participação bastante significativa na economia brasileira e a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool é a maior do setor sucroalcooleiro do Norte-Nordeste, e a nona maior do Brasil. A empresa, que gera mais de 9.400 empregos diretos, ainda é reconhecida pela valorização dos seus funcionários, tendo sido eleita por 2 anos consecutivos como “uma das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil”, pela Revista Você S/A (Cana Online, 2017). Além disso, tem uma grande responsabilidade socioambiental, com uma área de 17 mil hectares de terra própria destinada à preservação e mais de nove mil hectares transformados em Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e possui ainda o Instituto (Idese) que tem como objetivo promover a preservação da natureza e o progresso da comunidade, por meio da promoção de ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (Socioambiental – Usina Coruripe, 2019).

### **1.2. A Análise das Demonstrações Contábeis**

As demonstrações contábeis de uma empresa geram um grande número de informações. A análise das demonstrações contábeis (também conhecida como análise das demonstrações financeiras ou análise de balanço) traduz essas

informações e as sintetiza de uma forma que ela seja mais útil para a tomada de decisão. Segundo Marion (2009, p. 6), “é comum afirmar que a Análise das Demonstrações Contábeis é tão antiga quanto a própria Contabilidade”.

A análise das demonstrações contábeis, para ser mais precisa e útil, deve comparar as demonstrações de dois ou mais exercícios financeiros de uma mesma empresa, de forma a avaliar quais pontos foram mais significativos para as alterações nas contas da mesma de um exercício para o outro. As técnicas incluem a análise da liquidez, do endividamento, dos indicadores de atividade e rentabilidade, dentre outros, que devem ser analisados em conjunto para um resultado mais satisfatório.

Ludícibus (2008) considera que a análise das demonstrações é uma arte, pois embora haja cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma comprovada de se obter um diagnóstico preciso, podendo haver opiniões um pouco ou muito diferentes sobre as mesmas informações, mas nunca iguais, embora seja provável que analistas experientes tenham opiniões semelhantes.

### **1.3. Problema de Pesquisa**

O Brasil vem há muitos anos passando por tempos difíceis na economia, várias empresas fecharam suas portas, e muitas outras estão em processo de recuperação judicial, inclusive estatais. A Usina Coruripe vem apresentando bons resultados nos últimos anos, porém grandes empresas do mesmo ramo foram à falência. Por este motivo, diagnosticar a situação econômico-financeira desta empresa é de grande importância, desta forma, o trabalho busca verificar: **qual o comportamento dos principais indicadores econômico-financeiros da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool nos exercícios de 2015 a 2019?** A análise das demonstrações contábeis permite observar os resultados de um exercício da empresa e compará-los com outros exercícios, para avaliar o desempenho passado e projetar o futuro.

### **1.4. Justificativa**

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de enfatizar o estudo das técnicas de análise das demonstrações contábeis, que são de extrema importância, tanto no auxílio aos gestores para a tomada de decisões, como também para investidores interessados em aplicar seus recursos na empresa.

Há também a importância de avaliar o desempenho econômico e financeiro de uma instituição com uma estrutura tão abrangente como a que vimos, e que é tão importante para a economia, não apenas dos estados onde possui suas unidades fabris, mas do Brasil como um todo. Reconhecendo esta importância, escolhemos esta empresa para fazer a análise de seus relatórios financeiros.

## **1.5. Objetivos**

### **1.5.1. Objetivo Geral**

O objetivo desta pesquisa é fazer a análise das demonstrações contábeis da Usina Coruripe, relativas aos exercícios financeiros dos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, com intuito de verificar como se comportaram os indicadores neste período e descrever a situação econômica e financeira da empresa.

### **1.5.2. Objetivos Específicos**

- Descrever a análise das demonstrações contábeis e seus indicadores;
- Realizar os cálculos dos indicadores;
- Exibir os resultados da pesquisa de forma comparativa;
- Discorrer sobre os principais pontos positivos e negativos;
- Apresentar uma análise da situação econômico-financeira da empresa.

## **1.6. Metodologia**

Este trabalho é um estudo de caso, ele caracteriza-se por um estudo que permite analisar o objeto estudado de forma minuciosa e vasta. Nesta pesquisa aprofundada, o objeto de estudo foram as demonstrações contábeis da S/A Usina Coruripe açúcar e álcool, delas foram extraídas informações para análise feita através de índices financeiros.

A análise identifica possíveis problemas, características, e comparação dos resultados obtidos pelo período de tempo, neste estudo especificamente, ao longo de cinco exercícios financeiros publicados, para posteriormente a interpretação ser elaborada. Para Gil (2002), o estudo de caso tem a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados como uma de suas principais características.



A coleta do material estudado, as Demonstrações Contábeis, foi obtida por meio de websites da entidade estudada e através de notícias na internet. Inicialmente foram coletados os dados referentes ao Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, posteriormente as informações contidas nas demonstrações foram utilizadas para o cálculo de índices, com aplicação de fórmulas no software Microsoft Excel.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial (BP) reflete a representatividade de cada conta patrimonial em determinado espaço de tempo, geralmente mensal ou ao final de cada ciclo operacional da empresa (exercício financeiro).

Segundo Iudícibus (2017, p. 41), o Balanço Patrimonial demonstra graficamente a situação patrimonial e financeira da empresa por meio de duas colunas, uma localizada no lado direito chamada Passivo e Patrimônio Líquido: obrigações, exigibilidades e capital próprio. A outra coluna, do lado esquerdo, chamada de Ativo: são os investimentos e aplicação dos recursos.

#### **2.1.1. Ativo**

É a representação de todos os bens e direitos da entidade. Segundo o CPC 00 R2 (Itens 4.3, 4.4) o Ativo é um recurso de controle da entidade, resultado de eventos passados do qual se espera que gere benefícios econômicos para empresa.

O Ativo é dividido em Ativo Circulante e Não Circulante. A classificação dos itens do ativo está relacionada ao ciclo operacional da empresa.

##### **2.1.1.1. Ativo Circulante**

Os bens e direitos classificados no Ativo Circulante são aqueles realizáveis ou estimadas suas realizações dentro do exercício financeiro da empresa.

Iudícibus (2017) afirma:

O dinheiro (caixa ou bancos) que é o item mais líquido, é agrupado com outros itens que são transformados em dinheiro, consumidos ou vendidos a curto prazo, ou seja, menos de um ano: Contas a receber, Estoques, Investimentos Temporários. Este grupo denomina-se Ativo Circulante. (p. 45).

Na maioria das empresas este exercício encerra em 31 de dezembro, porém dependendo do ramo de atividade pode ser diferente, como é o caso da SA Usina Coruripe, cujo exercício se encerra em 31 de março. No entanto a base para classificação no Ativo Circulante é que a realização do item patrimonial deve realizar-se dentro deste ciclo da empresa.

### 2.1.1.2. Ativo Não Circulante

Alguns ativos possuem realização certa ou provável maior que o ciclo operacional da empresa. São os componentes de estrutura duradoura e permanente que permitem a produtividade da empresa. Estes itens são classificados no Ativo Não Circulante. Neste grupo há uma subdivisão:

- Ativo Realizável em Longo Prazo

São classificados neste grupo, de modo geral, as contas presentes no Ativo Circulante, como já mencionado, a diferença está na probabilidade de sua realização, ou seja, num prazo posterior ao ciclo operacional da entidade.

Segundo Ludícibus e Marion (2010, p.219), “são ativos de menor liquidez (transformam-se em dinheiro mais lentamente) que o Circulante”.

- Investimentos

Neste subgrupo são classificadas as contas de aplicações em caráter permanente. Importâncias investidas na aquisição de ações, títulos de participação em outras sociedades, com interesses econômicos, obtenção de controle societário, fonte de renda.

Ludícibus e Marion (2010, p. 219), definem Investimentos como “as participações (que não se destinam a venda) em outras sociedades e outras aplicações de característica permanente que não se destinam à manutenção da atividade operacional da empresa”.

- Imobilizado

O subgrupo do Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos ligados e necessários a estrutura de manutenção da atividade operacional da empresa, uma de suas características é sua forma corpórea. São prédios próprios ou arrendados e os custos de suas benfeitorias realizados, veículos e equipamentos de produção.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, no seu art. 179, inciso IV, com a redação da Lei nº 11.638/07, o ativo imobilizado abrange:

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

- **Intangíveis**

São ativos identificáveis, mensuráveis, controláveis, geradores de benefícios futuros, porém sem substância física. Dentre eles softwares, patentes, direitos autorais, direitos sobre hipotecas, lista de clientes, franquias, participação no mercado e direitos de comercialização, quotas de importação.

Segundo a Lei nº 6.404/76, no seu art. 179, inciso V, com a redação da Lei nº 11.638/07, são classificados como ativos intangíveis “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

### **2.1.2. Passivo**

O Passivo é uma obrigação presente legalmente exigível que a entidade possui. Nele estarão as contas que representam as origens dos desprendimentos financeiros para geração de benefícios econômicos futuros com vencimento. Após este vencimento poderá ser reclamado sua liquidação.

Passivo é uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados. Para que exista passivo, três critérios devem ser satisfeitos: (a) a entidade tem uma obrigação (ver de 4.28 a 4.35); (b) a obrigação é de transferir um recurso econômico (ver itens de 4.36 a 4.41); e (c) a obrigação é uma obrigação presente que existe como resultado de eventos passados. (CPC 00 R2; Itens 4.26, 4.27)

Assim como o Ativo, ele se divide em Circulante e Não Circulante e a classificação das contas relacionadas a realização de seu vencimento.

#### **2.1.2.1. Passivo Circulante**

Segundo o CPC 26 R1 (Item 69) os itens para deste grupo devem satisfazer os critérios de liquidação dentro do exercício financeiro da entidade. São as contas que indicam as obrigações da entidade.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou (d) a entidade não tem direito

incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. (CPC 26 R1, Item 69).

### **2.1.2.2. Passivo Não Circulante**

São escrituradas as obrigações da entidade que possuem vencimento após o encerramento do atual exercício da empresa, como determinado no art. 180 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo não circulante, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do art. 179 desta Lei.

### **2.1.3. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido é o valor residual, ou seja, a diferença entre o Ativo e o Passivo. Ele indica o capital próprio (direito dos sócios e acionistas). Ele possui subclassificações que se apresentam no Balanço Patrimonial: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucro, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados

Segundo o CPC 00 R2 (Item 4.63), “patrimônio líquido é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos”.

## **2.2. Demonstrativo do Resultado do Exercício**

A demonstração do resultado do exercício é um importante documento contábil, seu resultado integra o Balanço Patrimonial. Abrange o período estabelecido como exercício financeiro para empresa. O objetivo desta demonstração é organizar e detalhar as etapas que ocorrem até a formação do Resultado Líquido do Exercício. As receitas, custos e despesas são confrontados utilizando o regime de competência, conforme os princípios contábeis e leis fiscais.

Segundo Iudícibus (2008) a DRE é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período e é apresentada de forma dedutiva (as despesas são deduzidas das receitas resultando então, no lucro ou prejuízo).

A Composição da DRE:

Da Receita Bruta de vendas do período são deduzidos os impostos sobre as vendas (os quais pertencem ao governo), as devoluções (vendas canceladas), e os abatimentos (descontos incondicionais) durante o período. Após estas deduções encontra-se o que se chama de Receita Líquida.

Quando a Receita Líquida é identificada são feitas as deduções relacionadas ao custo do produto, mercadoria ou serviço prestado para encontrar o Lucro Bruto do período.

O Lucro Bruto sofre modificações com objetivo de chegar ao Lucro (ou Prejuízo) Operacional Líquido. Essas modificações podem ser diminutivas, chamadas de despesas (de vendas, administrativas e financeiras), ou aumentativas, chamadas de receitas (operacionais, financeiras).

Após a apuração do Lucro (ou prejuízo) Operacional Líquido são descontados o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), deduzidos os resultados das participações de Debêntures, de empregados, administradores e partes beneficiárias, e das contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados. Então obtêm-se o Lucro Líquido do Exercício, ou seja, a sobra líquida disponível aos sócios ou acionistas.

### **2.3. Análise Vertical e Horizontal**

As demonstrações mencionadas anteriormente, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as informações de um dado período (exercício financeiro da empresa) que foram geradas por meio de transações, em sua maioria para alcançar o objetivo de geração de recursos financeiros e continuidade da empresa. Enquanto as demonstrações se baseiam em documentos verídicos aplicados por meio de técnicas contábeis, as análises financeiras se baseiam nessas demonstrações. Sendo assim é necessário que estas informações sejam provadas periodicamente para que as análises produzam resultados fidedignos.

Iudícibus (2017) afirma o seguinte:

A análise de balanços deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções; de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração. (p. 87).

### **2.3.1. Análise Vertical**

A análise vertical, também denominada análise de estrutura, permite a visualização estrutural das demonstrações financeiras e a representatividade de cada conta em relação ao total de seu grupo (no Balanço Patrimonial: grupo do Ativo ou Passivo, na Demonstração do Resultado Exercício: Receita Líquida).

Ludícibus afirma que este tipo de análise é importante para a avaliação, ao longo do tempo, da estrutura e representatividade de cada item das demonstrações contábeis (2017, p. 96). Ela ordena um processo comparativo, desenvolvido através dos valores apresentados na demonstração. Pode ser utilizada para obter informações de forma isolada ou comparativa de um grupo de contas ou apenas de uma conta. Esta análise complementa as informações obtidas na Análise Horizontal, que será vista posteriormente.

O percentual desta análise se obtém através do cálculo da divisão da conta ou grupo das contas relacionadas com o valor total do grupo a qual o item corresponde (Ativo, Passivo ou Receita Líquida).

### **2.3.2. Análise Horizontal**

A Análise Horizontal, segundo Ludícibus (2017, p.93), tem como principal finalidade identificar o crescimento de cada item do Balanço e das Demonstrações de Resultados, assim o analista pode verificar tendências em determinado período. Um comparativo é feito entre valores de grupo de contas ou de mesmas contas em períodos próximos.

Esta análise é organizada por meio de uma tabela com índices. Estes índices possibilitam ao analista um olhar na evolução das contas em percentual, tomando um ano como base e calculando todos os outros sempre em relação ao índice de ano base. Este tipo de análise também permite a possibilidade de analisar o comportamento das contas comparando ao exercício imediatamente anterior. Assim o analista pode acompanhar o crescimento das contas em vários ou apenas entre dois exercícios financeiros.

O número-índice representa uma relação entre o valor de determinada conta contábil ou determinado grupo de contas em data específica com seu valor em uma data-base. Com este índice pode-se avaliar a evolução de vários itens de uma demonstração financeira em intervalos sequenciais de tempo.

O cálculo desta análise é feito através da divisão do valor de um item ou grupo pelo valor do mesmo item ou grupo no ano-base. O índice do ano-base será sempre 100%, a diferença entre o resultado da divisão (em percentual) e o índice do ano-base, será a porcentagem de alteração (crescimento ou redução).

## **2.4. Índices de Liquidez**

O objetivo da análise da liquidez é avaliar a capacidade de pagamento da empresa. Estes índices correspondem a solvência geral da empresa e podem indicar problemas de fluxo de caixa.

Para Weygandt et al. (2005, p. 723), “os índices de liquidez medem a capacidade das empresas de pagar a curto prazo suas obrigações que estão vencendo e suprir necessidades inesperadas de dinheiro”. Essa capacidade de liquidez pode ser medida a longo prazo, curto prazo e prazo imediato.

Ludícibus (2007, p. 103), diz que “o uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos”.

Sobre a análise financeira, deve-se observar que:

Os indicadores de liquidez procuram evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas. São indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos. Quer dizer que, no momento seguinte, poderão ser alterados por evento que modifique os elementos patrimoniais são utilizados para medir a liquidez. (Padoveze e Benedicto, 2007, p. 136).

Os resultados são apresentados por meio de quocientes, que são calculados através da relação entre valores dos grupos do ativo com o passivo.

### **2.4.1. Liquidez Geral**

Este quociente é utilizado para indicar a saúde financeira relacionada à liquidez da empresa em médio e longo prazo. Este quociente serve para verificar a saúde financeira de longo prazo de uma empresa, no que se refere à liquidez (Ludícibus, 2017). Por isso é importante que os prazos, assim como todas as informações contidas na demonstração estejam atualizadas e corretamente apresentadas para não indicar informações incorretas. O gestor, observando de maneira profunda a liquidez ao longo dos anos, pode planejar financiamentos futuros



para a empresa, fundamentado nas informações deste índice. O quociente é calculado através da fórmula:

FÓRMULA 1 - LIQUIDEZ GERAL

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Fonte: Iudícibus (2008)

### 2.4.2. Liquidez Corrente

Este quociente relaciona o quanto a empresa possui no curto prazo (caixa, disponíveis, estoques e certas despesas pagas antecipadamente), com suas obrigações no curto prazo. Segundo Weygandt et al. (2005, p. 723), “o índice de liquidez corrente é uma medida amplamente utilizada na avaliação da liquidez e da capacidade da empresa de pagamento de dívida a curto prazo. Para se calcular o índice, dividem-se os ativos circulantes pelo passivo circulante”.

Segundo Iudícibus (2007, p. 105), “este quociente relaciona o quanto dispomos, imediatamente, de disponíveis e conversíveis (de curto prazo) em dinheiro, com relação às dívidas de curto prazo.”

FÓRMULA 2 - LIQUIDEZ CORRENTE

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Fonte: Weygandt et al. (2005)

Deve-se observar que um índice de liquidez corrente satisfatório não revela o fato de que parte do ativo circulante pode estar ligada a um estoque que tenha movimentação lenta.

### 2.4.3. Liquidez Seca

Neste quociente podemos obter informação semelhante a qual temos no índice de liquidez corrente, contudo com um pouco mais de precisão por conta da dedução da conta Estoques. A conta estoques possui uma alta rotatividade, sendo assim, este índice é considerado adequado para avaliar de modo conservador a situação de liquidez da empresa uma vez excluída uma fonte incerta.

Para Iudícibus (2008, p. 93), “Esta é uma variante muito adequada para se avaliar conservadoramente a situação de liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza”.

FÓRMULA 3 - LIQUIDEZ SECA

$$LS = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Fonte: Iudícibus (2008)

#### 2.4.4. Liquidez Imediata

Este índice representa o quanto que a empresa possui de forma imediata (caixa, conta corrente, investimentos de curto prazo, etc.), para sanar suas dívidas que são de curto prazo, embora essas dívidas possam vencer em até 365 dias.

Para Iudícibus (2017, p. 105) “este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para liquidar nossas dívidas de curto prazo”.

A liquidez imediata da empresa proporciona a ela uma capacidade de lidar com as inconsistências do mercado que podem ou não surgir.

FÓRMULA 4 - LIQUIDEZ IMEDIATA

$$LI = \frac{\text{DISPONIBILIDADES}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Fonte: Iudícibus (2008)

#### 2.5. Estrutura de Capital

A análise da estrutura de capital tem como objetivo evidenciar o endividamento da empresa. Os índices relacionam as fontes dos recursos financeiros, dessa forma, indicam a dependência que a empresa tem de capital de terceiros. Os resultados são de interesse, também, dos fornecedores como garantia de estarem negociando com uma empresa que não esteja endividada de forma que comprometa sua capacidade de quitar suas dívidas.

Para Ludícibus (2008):

Estes quocientes relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros. São quocientes de muita importância, pois indicam a relação de dependência da empresa com relação a capital de terceiros. (p. 94).

A análise do endividamento, a exemplo dos índices de liquidez, também é feita por meio do cálculo de quocientes, porém estes quocientes utilizam valores de grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício.

### **2.5.1. Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais**

Este quociente, também denominado por “DebtRatio”, reflete a relação do Passivo Total (Passivo circulante + Passivo exigível a longo prazo) com Passivo + Patrimônio Líquido.

Segundo Ludícibus (2008, p. 95), o índice “expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Também significa qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros”.

A porcentagem expressa o quanto do Ativo total é financiado por recurso de terceiros e quanto dos fundos totais da empresa está comprometido em dívidas, a partir da fórmula a seguir:

FÓRMULA 5 - PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS TOTAIS

$$\text{PCTR} = \frac{\text{PASSIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Fonte: Ludícibus (2008)

### **2.5.2. Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Próprios**

Neste índice vemos por outra perspectiva a dependência de recursos de terceiros. Este é um dos quocientes mais utilizados para identificar a relação das empresas com capital de terceiros. Com este quociente os gestores podem observar uma tendência e tomar medidas de cautela quanto ao endividamento. A maioria de empresas que sofreram falência, anteriormente, apresentou altos índices de

endividamento. A interpretação deste índice é basicamente quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada R\$ 1,00 de recursos próprios.

Segundo Iudícibus (2017, p. 110), “este quociente é um dos mais utilizados para retratar os posicionamentos das empresas em relação aos Capitais de Terceiros”.

FÓRMULA 6 - PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS SOBRE OS RECURSOS PRÓPRIOS

$$\text{PCTRP} = \frac{\text{PASSIVO TOTAL}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Fonte: Iudícibus (2008)

### 2.5.3. Composição do Endividamento

Este índice calcula o quociente de participação das dívidas de curto prazo sobre o endividamento total.

Sobre este quociente, Iudícibus (2017, p. 110), afirma que “representa a composição do Endividamento Total ou qual a parcela que se vence a curto prazo, no Endividamento Total”.

Ele indica o que deverá ser pago em curto prazo relacionado à dívida total. Sendo assim, de forma isolada, o ideal para este índice é ser mais próximo de 0. Quanto mais próximo de 1, maior o desembolso em curto prazo a empresa deverá fazer. Os empreendimentos possuem diversos seguimentos, e cada um possui uma estrutura de composição que otimiza os recursos. O conhecimento do endividamento quando comparado com o retorno, juntamente com as informações de outros índices irão, ao longo do tempo, ajudar o gestor a analisar se o risco do endividamento será compensado e se não influenciará na relação com os fornecedores. Desta forma, na fórmula temos como numerador o passivo circulante e no denominador o total das obrigações:

FÓRMULA 7 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

$$\text{CE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO TOTAL}}$$

Fonte: Iudícibus (2008)

#### 2.5.4. Imobilização do Patrimônio Líquido

O índice de imobilização do patrimônio líquido indica a relação entre o Ativo Imobilizado e o Patrimônio Líquido, então evidencia o quanto que o Patrimônio Líquido da entidade está comprometido com o Ativo Permanente (Imobilizado), ou seja, que não está em giro. Para Ludícibus (2008), este índice não deveria se aproximar ou muito menos, ultrapassar a 1, pois a empresa poder ter sérios problemas de capital de giro líquido.

FÓRMULA 8 - IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$\text{IPL} = \frac{\text{IMOBILIZADO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Fonte: Ludícibus (2008)

#### 2.6. Indicadores de Atividade

São os quocientes que indicam a velocidade que os elementos patrimoniais se renovam ao longo de determinados períodos. Seus resultados são apresentados em dias, meses ou períodos maiores. A importância deles está em expressar a relação ativa que influi categoricamente na liquidez e rentabilidade da empresa.

Sobre estes indicadores, Marion (2009, p. 108) aponta que “Para fins de análise, quanto maior for a velocidade de recebimento de vendas e de renovação de estoque, melhor. Por outro lado, quanto mais lento for o pagamento das compras, desde que não corresponda a atrasos, melhor”.

O conjunto dos três índices de prazos médios leva a análise dos ciclos operacional e financeiro, que são itens fundamentais para o planejamento estratégico empresarial, tanto comercial quanto financeiro, geralmente essenciais para determinar o sucesso ou fracasso de uma empresa.

##### 2.6.1. Prazo Médio de Recebimento de Vendas

De acordo com Marion (2009), este indicador apresenta, em média, quantos dias a empresa aguarda para receber suas vendas. Neste indicador de atividade, Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV), as vendas a prazo não são consideradas. Por conta deste detalhe importante nesta fórmula, há bastante

dificuldade para aplicação dela, pois nem sempre existe a discriminação do total de vendas a prazo.

Na fórmula utiliza-se a conta Duplicatas a Receber multiplicado pela quantidade de dias do exercício financeiro da empresa (360 dias), dividido por Vendas Brutas. Na empresa analisada por este trabalho científico, as demonstrações disponibilizam apenas a Receita Líquida, sendo assim, a utilizaremos.

FÓRMULA 9 – PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DE VENDAS

$$\text{PMRV} = \frac{\text{DUPLICATAS A RECEBER X 360}}{\text{VENDAS LÍQUIDAS}}$$

Fonte: Marion (2009)

### 2.6.2. Prazo Médio de Pagamento de Compras

Este quociente indica quantos dias a empresa leva para pagar as suas compras de mercadorias. É também é um ponto muito importante a ser analisado, pois se a empresa tiver que pagar suas compras antes de receber suas vendas, ela irá necessitar de mais capital de giro para se manter.

De acordo com Marion (2009), este índice aponta uma média da quantidade de dias que a empresa efetua o pagamento de suas compras.

FÓRMULA 10 - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE COMPRAS

$$\text{PMPC} = \frac{\text{FORNECEDORES X 360}}{\text{COMPRAS}}$$

Fonte: Marion (2009)

### 2.6.3. Prazo Médio de Renovação de Estoques

Este índice representa o prazo médio, em dias, que a empresa necessita para renovar todo seu estoque. Esta informação auxilia a gestão a prever a quantidade suficiente em determinado período de tempo que ela necessitará em seu estoque, evitando assim superestocagem ou subestocagem de produtos, mercadorias ou matéria prima.

Segundo Marion (2009, p. 111), este resultado “Indica, em média, quantos dias a empresa leva para vender seu estoque”.

FÓRMULA 11 - PRAZO MÉDIO DE RENOVAÇÃO DE ESTOQUES

$$\text{PMRE} = \frac{\text{ESTOQUE X 360}}{\text{CPV}}$$

Fonte: Marion (2009)

#### 2.6.4. Posicionamento das Atividades

O Posicionamento das Atividades ou Posição Relativa norteia a gestão para decisões relacionada aos prazos médios utilizados pela empresa no processo de compra, venda e pagamento de fornecedores. O resultado obtido mostra se os prazos empregados estão sendo favoráveis ou não à empresa.

Marion (2009) diz que o ideal para este índice é que se aproxime de 1, ou de valor menor que 1.

FÓRMULA 12 - POSICIONAMENTO DE ATIVIDADES

$$\text{PA} = \frac{\text{PMRE} + \text{PMRV}}{\text{PMPC}}$$

Fonte: Marion (2009)

#### 2.6.5. Ciclo Operacional

No desenvolvimento das atividades operacionais da empresa, ocorre um sistema de produção de bens ou serviços, posteriormente, as vendas e recebimentos para obtenção do lucro.

Assaf Neto (2010, p. 177), diz que "o ciclo operacional se inicia no momento da aquisição dos materiais". Já Ferrari (2009, p. 84), declara: "No caso de uma empresa comercial, o Ciclo Operacional é o período que a empresa efetua a seguinte sequência: COMPRA - VENDE - RECEBE."

Esse processo que se repete constantemente identifica o ciclo operacional da empresa. Podemos afirmar que o ciclo operacional começa a partir da compra da matéria-prima e termina no recebimento da venda, conforme a fórmula a seguir, segundo Ferrari (2009, p. 84):

FÓRMULA 13 - CICLO OPERACIONAL

$$\text{CO} = \text{PMRE} + \text{PMRV}$$

Fonte: Ferrari (2009)

### 2.6.6. Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro, também denominado ciclo de caixa, faz parte das atividades operacionais da empresa e representa o intervalo desde quando a empresa utiliza o dinheiro até o momento que recebe suas vendas.

Segundo Ferrari (2009, p. 88), “o tempo decorrido entre o momento do pagamento aos fornecedores e o recebimento dos clientes é chamado de Ciclo Financeiro (ou Ciclo de Caixa)”.

FÓRMULA 14 - CICLO FINANCEIRO

$$\text{CF} = \text{CO} - \text{PMPC}$$

Fonte: Ferrari (2009)

### 2.7. Índices de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são utilizados para medir o percentual do rendimento da empresa. Segundo Ferrari (2009, p. 96), “os quocientes (ou Índices) de rentabilidade medem, regra geral, os retornos de capitais através de lucros ou receitas”.

Demonstrar em absoluto esses índices é algo que tem uma utilidade bastante reduzida por causa de sua constante mudança e liquidez das contas. De forma direta, podemos afirmar que, o lucro produzido da entidade deve estar relacionado com outro valor relativo à fonte da qual se pretende analisar, para verificar o desempenho em determinado período da empresa.



A referência ao lucro pode ser variável. Por vezes lucro operacional, lucro líquido, lucro antes ou após o imposto sobre a renda etc. O importante é saber relacionar bem e de modo compatível a definição de numerador e denominador.

### 2.7.1. Margem Operacional

A margem operacional é a margem de lucro sobre as vendas, neste quociente se relaciona o lucro com as vendas líquidas, preferencialmente.

Iudícibus (2017, p. 120) declara: "Por alguns autores denominado simplesmente Margem Operacional, este quociente compara o lucro com as vendas líquidas, de preferência."

É importante estar ciente do controle do volume de deduções de vendas relacionado as vendas brutas, para que o resultado do quociente não seja comprometido.

A fórmula, segundo Iudícibus (2017, p. 120), é a seguinte:

FÓRMULA 15 - MARGEM OPERACIONAL

$$MO = \frac{\text{LUCRO OPERACIONAL}}{\text{RECEITA LÍQUIDA}}$$

Fonte: Iudícibus (2017)

### 2.7.2. Margem Líquida

A Margem Líquida segue o mesmo raciocínio da Margem Operacional, mas ao invés de utilizar os valores brutos, utilizam-se os valores líquidos, tanto o lucro, quanto as vendas.

A Margem Líquida, segundo Marion (2009, p. 154), "significa quantos centavos de cada real de venda restaram após a dedução de todas as despesas (inclusive o Imposto de Renda). Evidente que, quanto maior a margem, melhor."

FÓRMULA 16 - MARGEM LÍQUIDA

$$ML = \text{LUCRO LÍQUIDO}$$

RECEITA LÍQUIDA
-----------------

Fonte: Iudícibus (2017)

### 2.7.3. Giro do Ativo

Este quociente, também denominado como quociente de rotatividade, mede o retorno do investimento feito no Ativo. De acordo com Ferrari (2009, p. 96), este índice “mede a velocidade com que o valor gerado pela Receita de Vendas devolveu à empresa o investimento total no seu Ativo”.

FÓRMULA 17 - GIRO DO ATIVO

$GA = \frac{\text{RECEITA LÍQUIDA}}{\text{ATIVO}}$
--

Fonte: Ferrari (2009)

### 2.7.4. Retorno sobre o Investimento

A taxa de retorno sobre o investimento, também conhecida como ROI (*ReturnOnInvestment*), representa o poder de ganho da empresa, ela mostra o qual o tamanho do retorno em relação ao investimento total (Ativo).

Marion (2009) afirma o seguinte:

"Retorno é o lucro obtido pela empresa. Investimento é toda aplicação realizada pela empresa com o objetivo de obter lucro (retorno). As aplicações estão evidenciadas no Ativo. Assim, temos as aplicações em disponíveis, estoques, imobilizados, investimentos e etc. A combinação de todas essas aplicações proporciona resultado para a empresa: lucro ou prejuízo". (p.152).

Ela pode ser encontrada através da utilização da seguinte fórmula:

FÓRMULA 18 - RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO

$TRI = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{ATIVO}}$
---

Fonte: Iudícibus (2008)

### 2.7.5. Retorno sobre o Patrimônio Líquido

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido, também denominada de ROE (*ReturnOnEquity*), indica o quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. Dessa forma se pode avaliar se a empresa oferece umaboa rentabilidade e comparar com outras formas disponíveis de investimentos (CDBs, Poupança, Ações, etc.).

Braga (2009, p. 175) afirma que “esse índice mede a taxa de remuneração dos capitais próprios, devendo, em tese, ser superior à taxa média de juros do mercado, de modo a remunerar o risco do investimento, por parte dos acionistas ou sócios”.

#### FÓRMULA 19 - RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

$$\text{TRPL} = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

Fonte: Braga (2009)

### 2.8. Payback Empresa e Payback Empresário

Payback é o tempo médio para que se obtenha retorno sobre o que foi investido, portanto o payback da empresa expressa o tempo necessário para recuperar o investimento total, já payback empresário mostra o tempo de retorno do investimento feito pelos sócios. Kliemann Neto (2005) afirma que o Payback é um indicador complementar, sua utilidade é para situações de instabilidade econômica.

#### FÓRMULA 20 - PAYBACK EMPRESA

$$\text{PB EMPRESA} = \frac{100}{\text{TRI}}$$

Fonte: Marion (2012)

#### FÓRMULA 21 - PAYBACK EMPRESÁRIO

$$\text{PB EMPRESÁRIO} = \frac{100}{\text{TRPL}}$$

Fonte: Marion (2012)

### 2.9. Fator de Insolvência

O fator de insolvência é um modelo desenvolvido no Brasil por Stephen C. Kanitz. Este modelo, que foi desenvolvido através de cálculos estatísticos dos índices financeiros de empresas que faliram, segundo Marion (2009) é muito interessante, pois possui a capacidade de prever falências.

Os objetivos deste modelo são de analisar o risco de falência e avaliar a empresa através de um cálculo, que gera uma nota. Esta nota pode variar entre ( - ) 7,0 até 7,0. Em seu livro, Marion (2009, p. 180) diz:

Se a nota da empresa for positiva (de zero a 7,0), pode-se dizer que há um equilíbrio na administração do tripé, sendo melhor quanto mais se aproximar do 7,0. Se a nota for menor que ( - ) 3,0 a situação tende a falência . Entre ( - ) 3,0 e zero, é uma região nebulosa, podendo a empresa sair da situação difícil como pode falir.

O cálculo do Fator de Insolvência é realizado da seguinte forma:

TABELA 1 - FATOR DE INSOLVÊNCIA

$X_1 =$	$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 0,05}{\text{Patrimônio Líquido}}$
$X_2 =$	$\text{Liquidez Geral} \times 1,65$
$X_3 =$	$\text{Liquidez Seca} \times 3,55$
$X_4 =$	$\text{Liquidez Corrente} \times 1,06$
$X_5 =$	$\frac{\text{Exigível Total} \times 0,33}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Adaptado de Marion (2009)

FÓRMULA 22- FATOR DE INSOLVÊNCIA

$$FI = X_1 + X_2 + X_3 - X_4 - X_5$$

Fonte: Marion (2009)

Posteriormente é feito a averiguação do intervalo em que recai o Fator da Insolvência no Termômetro de Insolvência, que está a seguir:

TABELA 2 - TERMÔMETRO DE INSOLVÊNCIA

7	INTERVALO DE SOLVÊNCIA (Reduzidas possibilidades de falência)
0	PENUMBRA (Situação Indefinida)
-3	INSOLVÊNCIA (Propensão à falência)
-7	

Fonte: Adaptado de Marion (2009)

É importante ressaltar que este modelo deve ser utilizado apenas para indústria e comércio, e não deve ser considerado de forma isolada, outros indicadores também devem ser considerados para uma melhor análise.

### 3. APLICAÇÃO NA S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL

A partir de agora, serão apresentados os resultados auferidos através da análise vertical e horizontal e da aplicação dos índices, que tiveram como fonte de dados os próprios relatórios financeiros de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, disponibilizados no site da empresa. Estes resultados demonstram a situação econômico-financeira da empresa.

#### 3.1. Análise Vertical e Horizontal

Serão analisados vertical e horizontalmente os itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado que, na opinião dos autores, tiveram mais influência nos resultados da empresa.

##### 3.1.1. Ativo

Na tabela a seguir, são apresentadas as contas do ativo, comparando os cinco exercícios.

TABELA 3 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

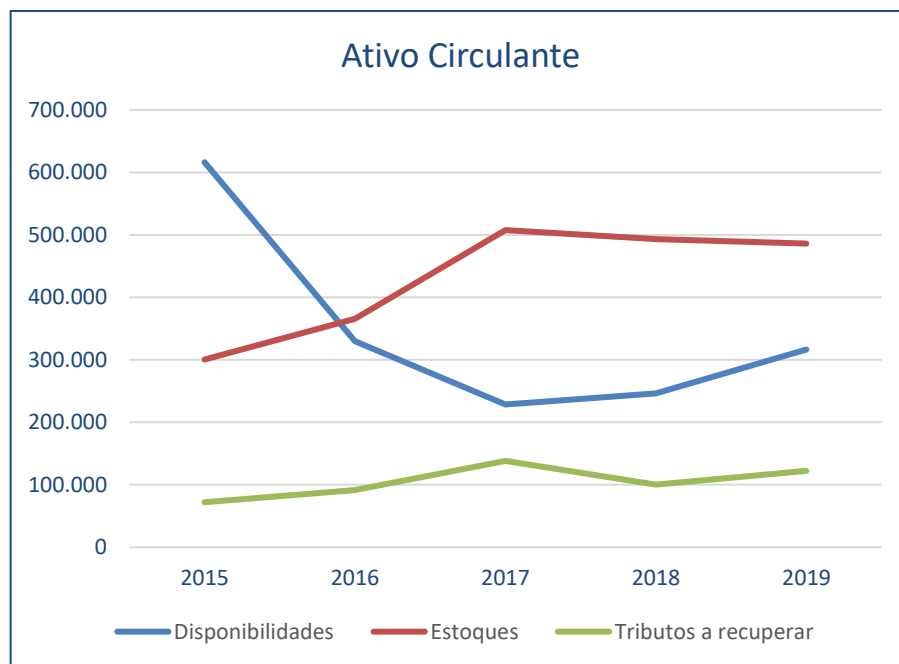
S/A USINA CORURIBE AÇÚCAR E ÁLCOOL (CNPJ 12.229.415/0001-10)															
BALANÇO PATRIMONIAL (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)															
	31/03/2019			31/03/2018			31/03/2017			31/03/2016			31/03/2015		
	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH
<b>ATIVO</b>															
Ativo Circulante															
Disponibilidades	316.304	6%	51%	246.383	5%	40%	228.499	5%	37%	329.698	9%	53%	616.278	15%	100%
Caixa e Equiv de Caixa	316.304	6%	70%	136.929	3%	30%	18.184	4%	40%	261.130	7%	58%	454.101	11%	100%
Aplicações financeiras	0	0%	0%	109.454	2%	67%	46.656	1%	29%	68.568	2%	42%	162.177	4%	100%
Contas a receber de clientes	96.948	2%	94%	72.154	2%	70%	90.907	2%	88%	102.862	3%	99%	103.579	3%	100%
Estoques	485.864	9%	162%	493.478	11%	164%	507.635	11%	169%	365.664	10%	122%	300.469	8%	100%
Ativos biológicos	236.289	4%		235.485	5%		251.784	5%		275.606	7%		0	0%	
Tributos a recuperar	122.491	2%	170%	100.194	2%	139%	138.188	3%	192%	91.423	2%	127%	72.046	2%	100%
Partes relacionadas	0	0%	0%	11.170	0%	15%	32.286	1%	44%	44.890	1%	61%	73.486	2%	100%
Instrumentos fin. derivativos	0	0%		239	0%		12.321	0%		9.343	0%		0	0%	
Outros créditos	37.008	1%	112%	52.988	1%	160%	77.271	2%	234%	16.249	0%	49%	33.059	1%	100%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>1294.904</b>	<b>24%</b>	<b>108%</b>	<b>1212.091</b>	<b>27%</b>	<b>101%</b>	<b>1338.891</b>	<b>29%</b>	<b>112%</b>	<b>1235.735</b>	<b>33%</b>	<b>103%</b>	<b>1.198.917</b>	<b>30%</b>	<b>100%</b>
Ativo Não Circulante															
Realizável a longo prazo	2.908.044	53%	339%	2.053.983	46%	240%	1.962.053	43%	229%	996.325	27%	116%	856.737	22%	100%
Aplicações financeiras	1.580	0%		3.074	0%		0	0%		0	0%		0	0%	
Estoques	65.795	1%		0	0%		0	0%		0	0%		0	0%	
Partes relacionadas	42.747	1%	1710%	72.109	2%	2884%	66.549	1%	2662%	62.916	2%	2517%	2.500	0%	100%
Tributos a recuperar	1.740	0%	2%	930	0%	1%	1.446	0%	2%	45.437	1%	54%	84.337	2%	100%
Outros créditos	2.794.766	51%	366%	1.973.845	44%	258%	1.888.380	41%	247%	882.355	24%	115%	764.428	19%	100%
Depósitos judiciais	1416	0%	26%	4.025	0%	74%	5.678	0%	104%	5.617	0%	103%	5.472	0%	100%
Investimentos	19.190	0%	42%	17.995	0%	39%	17.314	0%	38%	13.769	0%	30%	46.008	1%	100%
Ativos Biológicos	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	787.995	20%	100%
Imobilizado	1215.321	22%	111%	1223.245	27%	112%	1260.377	28%	116%	1.468.108	40%	135%	1.090.390	27%	100%
Intangível	593	0%	199%	565	0%	190%	356	0%	119%	239	0%	80%	298	0%	100%
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>4.143.148</b>	<b>76%</b>	<b>149%</b>	<b>3.295.788</b>	<b>73%</b>	<b>118%</b>	<b>3.240.100</b>	<b>71%</b>	<b>116%</b>	<b>2.478.441</b>	<b>67%</b>	<b>89%</b>	<b>2.781.428</b>	<b>70%</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.438.052</b>	<b>100%</b>	<b>137%</b>	<b>4.507.879</b>	<b>100%</b>	<b>113%</b>	<b>4.578.991</b>	<b>100%</b>	<b>115%</b>	<b>3.714.176</b>	<b>100%</b>	<b>93%</b>	<b>3.980.345</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os índices, podemos observar que os ativos realizáveis em curto prazo (circulante) aumentaram neste período 8% em relação a 2015, porém a participação em relação ao ativo total diminuiu de 30% no primeiro ano, para 24% no

último. O subgrupo de “Disponibilidades” dentro do ativo circulante diminuiu gradativamente a sua representatividade durante o período avaliado. Em 2015, esta conta representava 15% do total do ativo, nos anos seguintes foi caindo até chegar em 6%, em 2019. Esta redução pode indicar mais compras de matéria-prima a vista, pois notou-se, também, que os estoques da companhia representavam 8% do ativo em 2015 e aumentaram para 9% em 2019. Observando pela perspectiva análise horizontal, vamos perceber que os estoques aumentaram em 62% e o ativo disponível foi reduzido quase à metade no período de 2015 a 2019. Neste período, os tributos a recuperar em curto prazo aumentaram em 70%, o que reforça a ideia de que as disponibilidades podem ter sido utilizadas para investimento nos estoques.

GRÁFICO 1 - COMPARAÇÃO ENTRE DISPONIBILIDADES, ESTOQUES E TRIBUTOS A RECUPERAR



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2015, 27% do total do ativo estava no imobilizado, os anos seguintes, com exceção de 2016 (40%), foram bem semelhantes. Em 2019, os estoques representavam 22% do ativo total, ainda assim o valor foi 11% maior que em 2015. Uma conta que aumentou sua participação foi a de outros créditos de longo prazo, de 19% inicialmente, para 51% do ativo ao final do período analisado (um aumento, em valores, de quase quatro vezes). Assim como o ativo circulante teve uma diminuição em sua participação no total, os ativos de baixa liquidez tiveram um

aumento, de 70% para 76% durante o período. Os tributos a recuperar de longo prazo diminuíram em 98%. Cabe observar também que os ativos biológicos passaram do ativo não circulante para o circulante de 2015 para 2016. Alguns outros itens tiveram variações maiores, porém com valores absolutos menos relevantes.

### 3.1.2. Passivo e Patrimônio Líquido

Na tabela a seguir, são apresentadas as contas do passivo e patrimônio líquido, comparando os cinco exercícios.

TABELA 4 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DO BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

S/A USINA CORUIPE AÇÚCAR E ALCOOL (CNPJ 12.229.415/0001-10)															
BALANÇO PATRIMONIAL (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)															
	31/03/2019			31/03/2018			31/03/2017			31/03/2016			31/03/2015		
	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH	VL ABSOLUTO	AV	AH
<b>PASSIVO</b>															
Passivo Circulante															
Fornecedores	99.743	2%	107%	94.818	2%	101%	178.151	4%	191%	150.772	4%	161%	93.475	2%	100%
Empréstimos e Financ.	905.494	17%	123%	467.324	10%	64%	336.462	7%	46%	1315.773	35%	179%	733.786	18%	100%
Salários e encargos sociais	66.863	1%	109%	66.073	1%	108%	62.780	1%	102%	60.370	2%	98%	61.351	2%	100%
Participação dos empregados nos resultados	0	0%	0%	0	0%	0%	23.790	1%	172%	16.898	0%	122%	13.827	0%	100%
Tributos a recolher	29.443	1%	82%	45.973	1%	128%	137.791	3%	382%	30.505	1%	85%	36.054	1%	100%
Adiantamentos de clientes	72.686	1%	30%	3.476	0%	1%	6.170	0%	3%	0	0%	0%	239.194	6%	100%
Instrumentos fin. derivativos	3.785	0%	717%	497	0%	94%	2.599	0%	492%	26.846	1%	5084%	528	0%	100%
Dividendos propostos	55.387	1%	208%	8.100	0%	30%	44.860	1%	169%	0	0%	0%	26.588	1%	100%
Partes relacionadas	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	4.634	0%	100%
Outras obrigações	4.074	0%	235%	2.419	0%	140%	3.325	0%	192%	1.248	0%	72%	1.734	0%	100%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1237.475</b>	<b>23%</b>	<b>102%</b>	<b>688.680</b>	<b>15%</b>	<b>57%</b>	<b>795.928</b>	<b>17%</b>	<b>66%</b>	<b>1602.412</b>	<b>43%</b>	<b>132%</b>	<b>1211.171</b>	<b>30%</b>	<b>100%</b>
Passivo Não Circulante															
Empréstimos e Financ.	1821.951	34%	94%	1929.190	43%	100%	2.046.212	45%	106%	1377.014	37%	71%	1933.530	49%	100%
Títulos a recolher	95.494	2%	397%	13.565	0%	56%	18.524	0%	77%	21.399	1%	89%	24.035	1%	100%
Instrumentos fin. derivativos	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	21.174	1%	54%	39.517	1%	100%
Partes relacionadas	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	1.883	0%	36%	5.220	0%	100%
Adiantamento de clientes	0	0%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%	11.805	0%	0%	0	0%	0%
IR e CSLL diferidos	593.420	11%	446%	451.087	10%	339%	392.655	9%	295%	79.464	2%	60%	133.143	3%	100%
Provisões p/ contingências	8.756	0%	171%	5.457	0%	106%	6.091	0%	119%	3.561	0%	69%	5.128	0%	100%
Outras obrigações	347.217	6%	0%	245.745	5%	0%	238.183	5%	0%	12.349	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>2.866.838</b>	<b>53%</b>	<b>134%</b>	<b>2.645.044</b>	<b>59%</b>	<b>124%</b>	<b>2.701.665</b>	<b>59%</b>	<b>126%</b>	<b>1.528.649</b>	<b>41%</b>	<b>71%</b>	<b>2.140.573</b>	<b>54%</b>	<b>100%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>															
Capital Social	408.845	8%	116%	408.845	9%	116%	408.845	9%	116%	408.845	11%	116%	353.039	9%	100%
Ações em Tesouraria	-1215	0%	0%	-1215	0%	0%	-1215	0%	0%	-1215	0%	0%	0	0%	0%
Reserva de reavaliação	2.986	0%	6%	13.044	0%	25%	23.617	1%	46%	36.830	1%	72%	51.375	1%	100%
Ajuste de avaliação patrimonial	105.293	2%	65%	120.256	3%	75%	135.811	3%	84%	142.958	4%	89%	160.840	4%	100%
Reservas de lucros	817.830	15%	1291%	633.225	14%	1000%	514.340	11%	812%	-4.303	0%	0%	63.347	2%	100%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1333.739</b>	<b>25%</b>	<b>212%</b>	<b>1174.155</b>	<b>26%</b>	<b>187%</b>	<b>1081.398</b>	<b>24%</b>	<b>172%</b>	<b>583.115</b>	<b>16%</b>	<b>93%</b>	<b>628.601</b>	<b>16%</b>	<b>100%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.438.052</b>	<b>100%</b>	<b>137%</b>	<b>4.507.879</b>	<b>100%</b>	<b>113%</b>	<b>4.578.991</b>	<b>100%</b>	<b>115%</b>	<b>3.714.176</b>	<b>100%</b>	<b>93%</b>	<b>3.980.345</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que o passivo circulante decaiu sua participação no total do passivo, onde em 2015 era 30%, após uma grande variação entre 2016 e 2018, encerrou 2019 com 23% do total e com valor apenas 2% maior que o exercício



inicial, simultaneamente, o não circulante também oscilou bastante até chegar em 2019, entre 41% e 59%, e embora seu valor em 2015 tenha sido 34% maior que em 2019, a participação em relação ao total nesses extremos foi bastante semelhante. Os empréstimos e financiamentos de curto prazo foram, em quase todos os anos, equivalentes a menos da metade dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, indicando que a empresa geralmente dispõe de bons prazos para estes pagamentos, porém em 2016 (único exercício com prejuízo) os de curto prazo aumentaram bastante, representando 35% do total do passivo e patrimônio líquido, enquanto que os de longo prazo foram bem semelhantes, 37% do total. Em 2017 a empresa pode ter quitado obrigações de curto prazo e adquirido novas com prazos maiores ou mesmo renegociado dívidas. Na perspectiva horizontal, os empréstimos de curto prazo cresceram 23% e os de longo prazo diminuíram 6% de 2015 para 2019. Neste mesmo período, os salários e encargos sociais aumentaram 9%. A conta de fornecedores foi aumentando de 2015 até 2017 e diminuiu em 2018, com um leve aumento em 2019, sempre representando de 2% a 4% do total do passivo.

Neste período de cinco anos, o patrimônio líquido mais que dobrou, porém foram poucos os itens que tiveram mudanças significativas. Não houve injeção de capital por parte dos sócios, teve uma pequena variação na conta de ajuste de avaliação patrimonial, que diminuiu 35% em quatro anos, porém apenas 2% em relação ao respectivo exercício. A maior influência para o aumento de 112% no patrimônio líquido foi a injeção de valor nas reservas de lucros, que passou a representar 15% do total do passivo e patrimônio líquido.

### **3.1.3. Demonstração do Resultado do Exercício**

TABELA 5 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

S/A USINA CORUIPE AÇÚCAR E ÁLCOOL (CNPJ 12.229.415/0001-10)															
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)															
Exercício findo em	31/03/2019			31/03/2018			31/03/2017			31/03/2016			31/03/2015		
	VL Absoluto	AV	AH	VL Absoluto	AV	AH	VL Absoluto	AV	AH	VL Absoluto	AV	AH	VL Absoluto	AV	AH
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.004.352	100%	119%	2.206.289	100%	131%	2.341.667	100%	139%	2.020.580	100%	120%	1.678.716	100%	100%
Custo dos produtos vendidos	-1.601.634	-80%	119%	-1.686.576	-76%	125%	-1.691.466	-72%	126%	-1.515.731	-75%	113%	-1.344.750	-80%	100%
LUCRO BRUTO	402.718	20%	121%	519.713	24%	156%	650.201	28%	195%	504.849	25%	151%	333.966	20%	100%
Receitas e despesas operacionais	-165.194	-8%	113%	-206.513	-9%	141%	-302.343	-13%	206%	-215.701	-11%	147%	-146.562	-9%	100%
Vendas	-96.775	-5%	108%	-110.338	-5%	123%	-114.899	-5%	128%	-99.389	-5%	110%	-89.986	-5%	100%
Gerais e administrativas	-127.394	-6%	100%	-128.194	-6%	100%	-128.254	-5%	100%	-120.678	-6%	94%	-127.937	-8%	100%
Resultado da equivalência patrimonial	1.221	0%		475	0%		396	0%		0	0%		0	0%	
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	57.754	3%	81%	31.544	1%	44%	-59.586	-3%		4.366	0%	6%	71.361	4%	100%
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS	237.524	12%	127%	313.200	14%	167%	347.858	15%	186%	289.148	14%	154%	187.404	11%	100%
Receitas e despesas financeiras	113.670	6%	596%	-239.015	-11%		-101.727	-4%		-384.226	-19%		19.073	1%	100%
Despesas financeiras	-1.055.711	-53%	104%	-499.091	-23%	49%	-542.482	-23%	54%	-1.465.080	-73%	145%	-1.010.598	-60%	100%
Receitas financeiras	1.169.381	58%	114%	260.076	12%	25%	440.755	19%	43%	1.080.854	53%	105%	1.029.671	61%	100%
RESULTADO ANTES DO IR E DA CSLL	351.194	18%	170%	74.185	3%	36%	246.131	11%	119%	-95.078	-5%		206.477	12%	100%
IR e CSLL	-144.323	-7%	3276%	-18.188	-1%	413%	-96.766	-4%	2197%	21.719	1%		-4.405	0%	100%
Corrente	-9.122	0%		-24.086	-1%		-111.632	-5%		0	0%		0	0%	
Diferido	-135.201	-7%	3069%	5.898	0%		14.866	1%		21.719	1%		-4.405	0%	100%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	206.871	10%	102%	55.997	3%	28%	149.365	6%	74%	-73.359	-4%		202.072	12%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

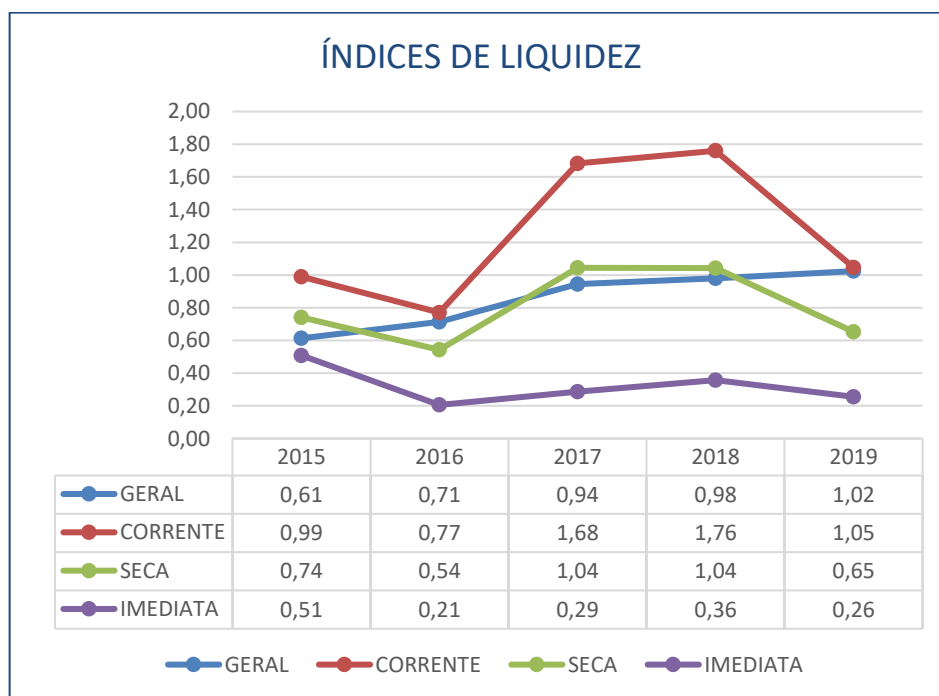
Como podemos observar, dentre os cinco exercícios analisados, a empresa apresentou lucros em todos, exceto em 2016. Analisando a estrutura das demonstrações de resultado, vemos que a receita líquida variou 39% no período analisado, sendo a maior receita líquida obtida em 2017. Também foi no exercício de 2017 a maior porcentagem de lucro bruto, 28%, nos outros, este resultado variou entre 20% e 25% da receita líquida, apontando uma estrutura de custos bem definida. Na seção de receitas e despesas operacionais também pode-se notar um padrão, exceto na conta de outras receitas e despesas operacionais, que apresentou saldo positivo em 2015, 2016, 2018, e 2019, e negativo em 2017, porém neste ano o resultado antes das despesas e receitas financeiras ainda foi o maior entre eles, equivalente a 15% da receita líquida. Em três dos cinco exercícios analisados, o saldo financeiro (receitas financeiras – despesas financeiras) foi negativo, entretanto, em 2016 o impacto negativo foi maior. O saldo financeiro negativo deste ano foi equivalente a 19% da receita operacional líquida, o que causou o prejuízo deste exercício. Já em 2019, teve o maior impacto positivo, este saldo foi equivalente a 6%. Houve lucro de aproximadamente R\$ 202,1 milhões em

2015, R\$ 149,4 milhões em 2017, R\$ 56 milhões em 2018 e R\$ 206,9 em 2019. O resultado líquido da empresa apresenta uma oscilação considerável.

### 3.2. Análise da Liquidez

Como vimos anteriormente, os índices de liquidez medem a capacidade das empresas de pagar a curto prazo suas obrigações ou suprir necessidades inesperadas de dinheiro. Estes foram os resultados apurados na empresa analisada:

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 3.2.1. Liquidez Geral

Ao final do exercício de 2015, para cada R\$1,00 de dívida a curto e longo prazo adquiridas pela empresa, haviam R\$ 0,61 de recursos realizáveis a curto e longo prazo. Nos exercícios posteriores, houve uma grande influência da conta de outros créditos, no ativo realizável a longo prazo, que aumentou em mais de três vezes o seu valor e mesmo com o notável aumento das contas de IR e CSLL diferidos e outras obrigações, ambas no passivo não circulante, a situação da liquidez geral melhorou, chegando a R\$1,02 de valores recebíveis para cada R\$1,00 no passivo exigível em 2019. Até o exercício de 2018, a empresa não teria recursos para saldar todas as suas dívidas, pois em todos os anos, ao invés de

margem de segurança, existe insuficiência, de 39% em 2015, 29% em 2016, 6% em 2017 e 2% em 2018. Apenas em 2019, haveria condições de saldar as dívidas com sobra de 2%. No entanto, as dívidas a longo prazo não vencem de imediato, podendo a empresa gerar recursos até a data do seu vencimento.

### **3.2.2. Liquidez Corrente**

Considerando apenas os realizáveis e exigíveis em curto prazo, a empresa demonstrou um resultado melhor. No ano de 2015, para cada R\$1,00 de obrigação, possuía R\$ 0,99 a receber em curto prazo. Assim como a LG, também obteve melhora nos exercícios seguintes, porém não foi constante, apesar do ativo circulante ter variado pouco no período, o passivo circulante oscilou bastante, principalmente pelos empréstimos e financiamentos que tiveram seus extremos em 2016 e 2017. Em 2016 a LC foi de R\$ 0,77, após isso, chegando a ter margem de segurança de 68% e 76% em 2017 e 2018, respectivamente. Em 2019, diminuiu um pouco em relação ao ano anterior, mas ainda com margem de segurança de 5%. Podemos observar assim, que a partir de 2017 a empresa teria condições de saldar seus compromissos a curto prazo, já em 2015 e 2016 havia insuficiência de R\$ 0,01 e R\$ 0,23 respectivamente. Isto ocorreu principalmente devido a variação do passivo circulante, como visto nas análises vertical e horizontal.

### **3.2.3. Liquidez Seca**

Através deste índice podemos ver a capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo considerando apenas os valores a receber em curto prazo, com exceção dos estoques (que podem ter baixa rotação). Para este indicador, o destaque novamente ficou com as variações dos empréstimos e financiamentos de curto prazo. Nesta situação, em 2015, 74% das dívidas poderiam ser pagas e em 2016, 54% delas. Nos dois anos seguintes, todas as exigências de curto prazo poderiam ser saldadas e ainda haveria uma margem de segurança de 4%. No último exercício, 65% do passivo estava coberto. Assim como a LC, este resultado foi mais influenciado pela variação do passivo circulante.

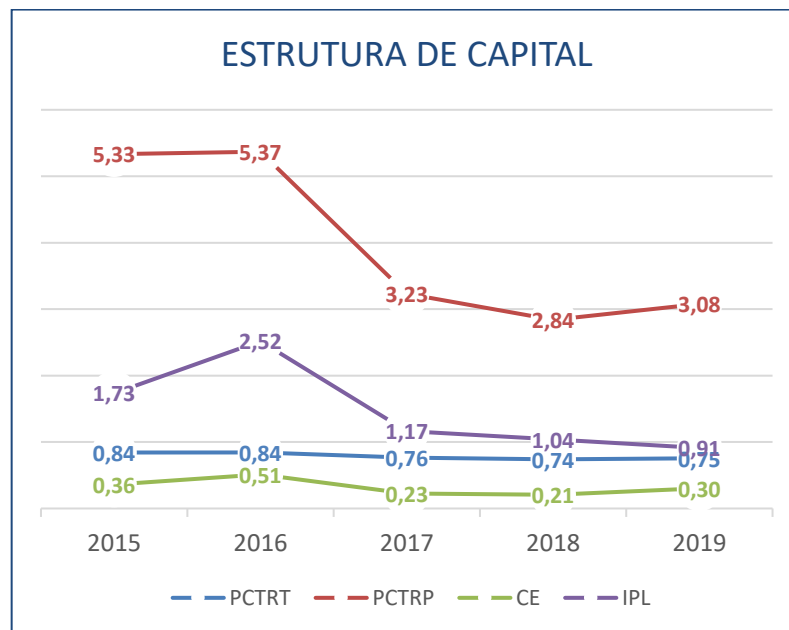
### 3.2.4. Liquidez Imediata

Considerando apenas as disponibilidades para pagamento das dívidas de curto prazo, temos que para cada R\$1,00 de obrigação, havia R\$0,51 em 2015, R\$ 0,21 em 2016, R\$ 0,29 em 2017, R\$0,36 em 2018 e R\$ 0,26 em 2019 de capital imediato. Observa-se uma piora nos resultados. Embora tenha havido um crescimento de 2016 a 2018, todos os resultados foram menores que o de 2015. Devemos lembrar que este índice não leva em consideração os direitos a receber da empresa e também que as obrigações vencem em datas variadas, o que não significa que a empresa está passando por problemas financeiros.

### 3.3. Estrutura de Capital

No gráfico a seguir, estão representados os resultados dos quocientes de estrutura de capital.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 3.3.1. Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais

O capital de terceiros do exercício em 2015 equivalia a 84% do total do passivo, se manteve na mesma proporção em 2016 e diminuiu nos anos seguintes, ficando próximo dos 75% nos três exercícios posteriores. Este resultado indica que a empresa está trabalhando com capital de terceiros na sua maior parte. O capital de

terceiros aumentou 22% neste período de 5 anos, entretanto o capital próprio, a partir do incremento de mais de dez vezes no saldo da reserva de lucros, diminuiu um pouco este índice. Como o indicado é ser o mais próximo de 0 do que de 1, este resultado ainda é inadequado, porém indica uma melhora. Quanto mais capital de terceiros a empresa utiliza, maior será a probabilidade da ocorrência de despesas financeiras.

### **3.3.2. Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Próprios**

Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido, a empresa pegou R\$ 5,33 de terceiros em 2015. Este número diminuiu e chegou aos R\$ 3,08 de terceiros para cada R\$ 1,00 próprios em 2019. Assim como no índice anterior, os resultados deste também foram mais influenciados pelo aumento da reserva de lucros. A empresa se endividou menos. Esta é uma forma de ver por outro ângulo a dependência de recursos de terceiros e os resultados indicam que ainda há uma dependência exagerada destes recursos, mas que a empresa está buscando diminuir.

### **3.3.3. Composição do Endividamento**

Em 2015, as dívidas de curto prazo da Usina Coruripe representavam 36% das obrigações com terceiros, já em 2016 teve seu índice mais alto, de 51%, nos anos seguintes conseguiu reduzir, chegando a 30% em 2019. Os resultados auferidos estão ligados diretamente às contas de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do não circulante, pois nos anos em que houveram mais empréstimos no curto prazo do que no longo, os índices foram maiores. A liquidez da empresa aumentou, pois com menos dívidas de curto prazo, teve mais tempo para gerar recursos.

### **3.3.4. Imobilização do Patrimônio Líquido**

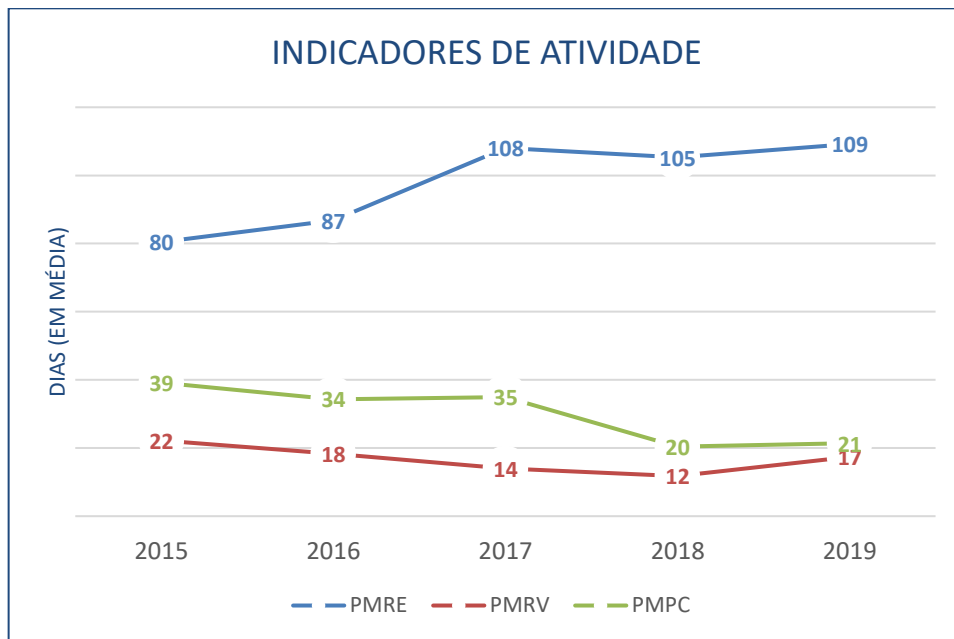
O ativo imobilizado da empresa equivalia a 173% do patrimônio líquido em 2015, aumentou para 252% em 2016, mas diminuiu para 117% em 2017, 104% em 2018 e ao final de 2019 diminuiu mais ainda, chegando a 91%, ou seja, o patrimônio líquido estava todo comprometido com o ativo imobilizado o qual ainda é financiado em parte por capitais de terceiros até final do exercício de 2018. O ativo imobilizado

teve uma pequena variação no período, porém pode-se atribuir a melhora nos resultados ao crescimento significativo da reserva de lucros. Este resultado também indica que, com exceção de 2019, todo o ativo circulante e ainda uma parte do seu parque industrial são financiados por capitais de terceiros. O ideal seria possuir patrimônio líquido para cobrir o imobilizado e ainda sobrar uma parcela para financiar o ativo circulante.

### 3.4. Indicadores de Atividade

Prosseguindo com a análise, no gráfico a seguir serão apresentados os indicadores de atividade, PMRV, PMPC e PMRE, os quais indicam a frequência estimada com que ocorrem as operações da empresa, e posteriormente serão apresentados o posicionamento de atividades e os ciclos operacional e financeiro.

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE ATIVIDADE



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 3.4.1. Prazo médio de Recebimento de Vendas

O índice do PMRV em 2015 indica que a empresa recebia o pagamento de seus clientes, em média, 22 dias após a venda. Ao final de 2018, a empresa vendeu 31% a mais e teve um volume de duplicatas a receber 30% menor que no em 2015, o que diminuiu o prazo médio para apenas 12 dias, o seu melhor resultado dentre os cinco exercícios analisados. De acordo com a Demonstração de Resultados do

Exercício, em 2019, a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool aumentou em 19% suas vendas em relação a 2015 e ainda vendeu menos a prazo. Com um volume de duplicatas a receber 6% menor que o de 2015, teve um PMRV de 17 dias. A empresa manteve, entre os exercícios analisados, um prazo médio de recebimento de vendas considerado curto, o que é muito interessante para ela.

### 3.4.2. Prazo médio de Pagamento de Compras

Em 2015 o PMPC foi de 39 dias. Nos anos de 2016 e 2017, mesmo com as variações de compras e fornecedores, o prazo médio de pagamento de compras da empresa foi bastante semelhante, de 34 e 35 dias respectivamente. Nos dois últimos anos, o saldo de fornecedores a pagar diminuiu bastante em relação a 2017 e as compras diminuíram pouco, resultando em PMPC de apenas 20 e 21 dias em 2018 e 2019. Os prazos de 2018 e 2019 são considerados bastante curtos, porém nesse caso, é ruim para a empresa, o ideal é que se tenha um prazo mais longo para pagamento destas dívidas, assim há tempo para que sejam gerados mais recursos.

### 3.4.3. Prazo médio de Renovação de Estoques

Ainda observando os resultados do gráfico acima, pode-se perceber que os prazos médios de renovação de estoques de 2015 a 2019 foram bastante altos. Em média, foram 80 dias em 2015 e foi aumentando até chegar em 109 dias em 2019, pois o estoque médio cresceu 62% no período e o custo dos produtos vendidos cresceu apenas 19%. Isto indica que alguma parte da operação da empresa (que pode ser o recebimento dos insumos de produção adquiridos, o processo de fabricação, as vendas, etc.) é lenta, o que é ruim, pois exige mais investimentos em capital de giro, capacidade de armazenamento e há risco de perda com produtos obsoletos ou perecíveis.

### 3.4.4. Posicionamento de Atividades

TABELA 6 - POSICIONAMENTO DE ATIVIDADE

PA	2015	2016	2017	2018	2019
	2,62	3,06	3,49	5,74	5,91

Fonte: Elaborado pelos autores.



Como mencionado anteriormente, o ideal para este índice é um valor próximo de 1, ou abaixo, portanto nos cinco períodos analisados, a S/A Usina Coruripe apresentou índices muito desfavoráveis e em constante elevação. O resultado foi de 2,62 em 2015, 3,06 em 2016, 3,49 em 2017, 5,74 em 2018 e por fim, 5,91 em 2019. Mais tempo para renovar os estoques e menos tempo para pagar suas compras foram as principais causas desse aumento. A empresa recebe seus pagamentos em poucos dias, porém tem prazo muito curto para pagamento e ainda demora para vender os estoques, ou seja, antes mesmo de vender seus produtos ela já precisa pagar salários, aluguéis, fornecedores, etc. Isto significa que possui problemas de capital de giro.

### 3.4.5. Ciclo Operacional e Financeiro

TABELA 7 - CICLO OPERACIONAL E FINANCEIRO

2015	CO	102 DIAS	
		PMRE 80	PMRV 22
	CF	PMPC 39	63 DIAS
2016	CO	105 DIAS	
		PMRE 87	PMRV 18
	CF	PMPC 34	71 DIAS
2017	CO	122 DIAS	
		PMRE 108	PMRV 14
	CF	PMPC 35	87 DIAS
2018	CO	117 DIAS	
		PMRE 105	PMRV 12
	CF	PMPC 20	97 DIAS
2019	CO	126 DIAS	
		PMRE 109	PMRV 17
	CF	PMPC 21	105 DIAS

Fonte: Elaborado pelos autores.

O financiamento concedido pelos fornecedores (PMPC), em nenhum dos cinco exercícios superou o tempo decorrido entre a compra e o recebimento da vendas de mercadorias, chamado de ciclo operacional, que foi de 102 dias em 2015, 105 em 2016, 122 em 2017, 117 em 2018 e 126 em 2019, portanto, não houveram dias de folga financeira em nenhum dos exercícios, mas sim um período em que houve necessidade de capital de giro, chamado de ciclo financeiro.

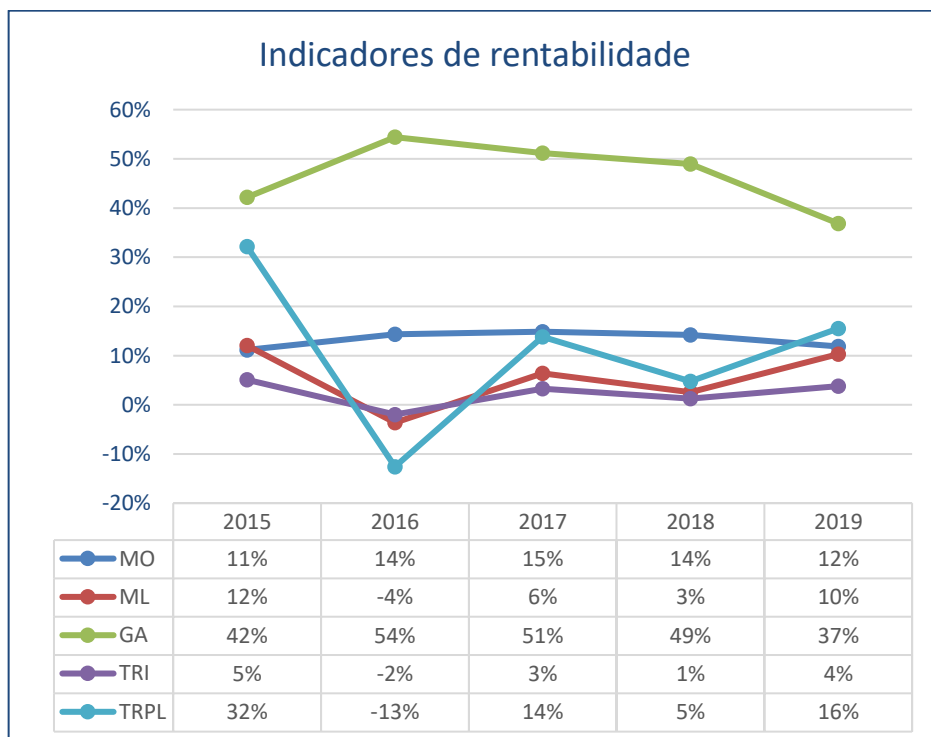
Em 2015 o ciclo financeiro da empresa foi de 63 dias, aumentando ainda mais a cada ano, chegando a 105 dias em 2019. Esta é uma situação bastante

desfavorável, pois neste período, a empresa precisa buscar recursos para financiar as suas operações até que chegue o dia de receber os pagamentos por suas vendas.

### 3.5. Índices de Rentabilidade

Índices de rentabilidade e lucratividade são medidas quantitativas, de cálculo simples, que relacionam variáveis das demonstrações contábeis das empresas (especialmente da DRE e do Balanço Patrimonial), com o propósito de facilitar uma análise gerencial acerca da capacidade da empresa de gerar retornos.

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO DOS INDICADORES DE RENTABILIDADE



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 3.5.1. Margem Operacional

Este quociente compara o lucro operacional com a receita líquida. Os resultados da pesquisa indicam que, em 2015, a empresa obteve margem operacional de 11%. Em 2016, a MO subiu para 14% e alcançou o seu ponto mais alto em 2017, com 15%. Após isso teve uma leve diminuição para 14% em 2018 e 12% em 2019. Apesar de haver variação, é o índice de rentabilidade que se manteve mais estável, indicando uma estrutura de custos bem definida.

### **3.5.2. Margem Líquida**

Este quociente compara o lucro líquido com a receita líquida. Neste quesito, em 2015, a empresa obteve o melhor resultado, de 12%, pois seu lucro líquido foi ainda maior do que o lucro operacional. No ano seguinte, afetada pelo resultado financeiro extremamente negativo, teve prejuízo. Em 2016 e 2017 também houveram resultados financeiros negativos, porém a margem líquida foi de 6% e 3%, respectivamente. Por fim, em 2019, com lucro operacional e resultado financeiro positivo, a margem líquida foi de 10%.

### **3.5.3. Giro do Ativo**

Este índice mede a eficiência com que os ativos são utilizados. Em 2015, a empresa vender o correspondente a 42% do seu ativo. Em 2016 aumentou este índice para 54%, porém a partir de 2017 começou a apresentar quedas no giro, chegando a 37% em 2019. É um resultado um pouco preocupante, pois vendendo menos, a empresa precisa aumentar a margem líquida para remunerar melhor o seu capital.

### **3.5.4. Retorno sobre o Investimento**

O índice TRI, que mostra o percentual de lucro obtido em relação ao investimento total realizado na empresa, apresentou os seguintes resultados: o exercício de 2015 obteve o melhor resultado, com 5%, e 2016 o pior, pois a empresa teve prejuízo. Nos anos seguintes o indicador apontou 3%, 1% e 4%. Estes são valores considerados baixos, pois há um investimento (circulação de capital) muito alto para este retorno, onde se corre muito mais riscos.

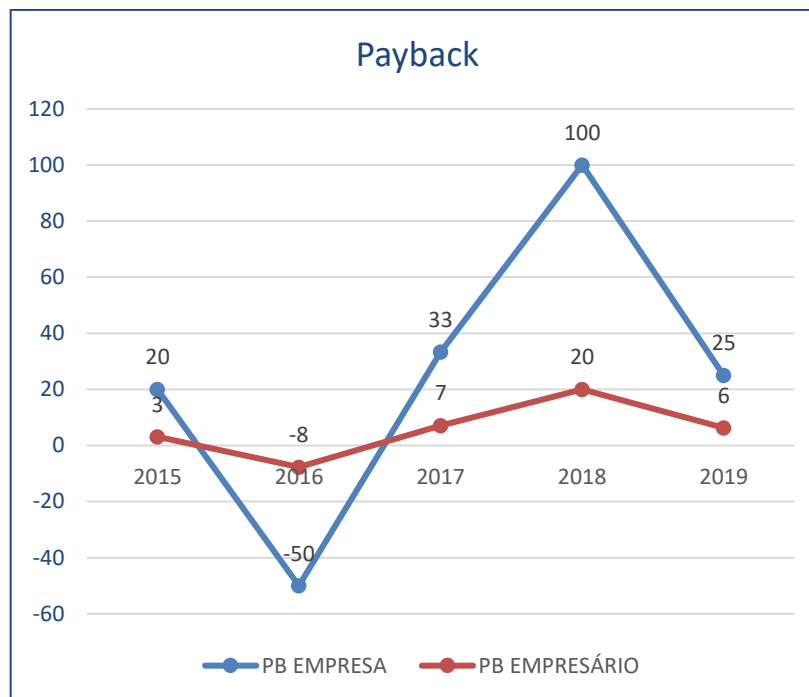
### **3.5.5. Retorno sobre o Patrimônio Líquido**

O quociente TRPL expressa o quão rentável a empresa é em relação ao capital investido pelos acionistas, através da comparação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Assim como a TRI, o melhor resultado aconteceu em 2015, onde a empresa obteve R\$ 32,00 de lucro para cada R\$ 100,00 investido. O pior resultado foi em 2016. Em 2017 o retorno foi de 14%, diminuiu em 2018 para 5% e voltou a apresentar um bom resultado em 2019, com 16%, indicando uma ótima rentabilidade para seus acionistas.

### 3.6. Payback Empresa e Payback Empresário

Como falado anteriormente, o payback mede o tempo de retorno do valor investido. Cabe observar que o payback da empresa, por utilizar para cálculo o valor total do ativo, ele é muito mais sensível à variação do lucro líquido do que o payback do empresário, que utiliza o valor do patrimônio líquido. Estes foram os resultados obtidos na Usina Coruripe:

GRÁFICO 6 - VARIAÇÃO DO PAYBACK



Fonte: Elaborado pelos autores.

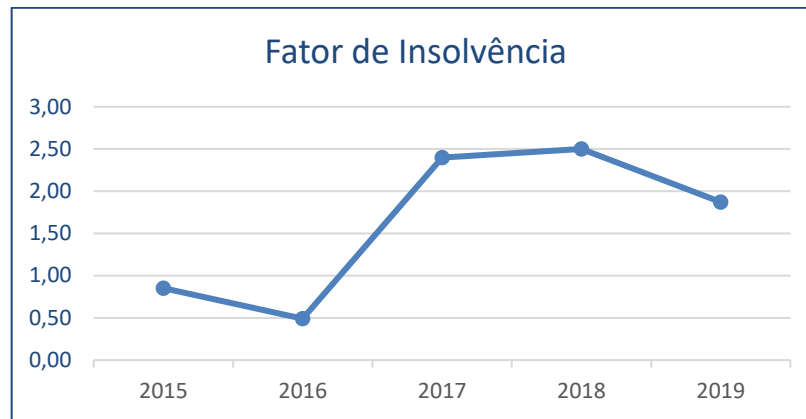
Em 2015, o tempo de retorno do investimento da empresa foi de 20 anos, este foi o melhor resultado. Em 2016 a empresa não gerou lucro, pelo contrário, teve prejuízo, assim o payback ficou negativo. Nos anos seguintes, o payback foi de 33, 100 e 25 anos. Considera-se que o tempo de payback foi alto em todos os anos, devido ao lucro líquido ser muito inferior ao investimento total da empresa, que corre mais riscos com a movimentação deste ativo.

O payback do empresário também obteve seu melhor resultado em 2015, com uma TRPL de 32%, apresentou um tempo de retorno de apenas 3 anos, um tempo muito menor do que a média do mercado. Em 2016, o payback foi negativo pelo prejuízo no exercício. Em 2017 e 2019 os resultados também foram muito bons, com 7 e 6 anos de tempo de retorno, respectivamente. Em 2018 o resultado foi

positivo, porém o tempo de retorno do investimento do empresário foi um pouco mais elevado, 20 anos. Este resultado se deve a um grande investimento e ao lucro relativamente baixo neste ano.

### 3.7. Fator de Insolvência

GRÁFICO 7 - VARIAÇÃO DO FATOR DE INSOLVÊNCIA



Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com os cálculos realizados, com base no Fator de Insolvência de Kanitz, em todos os anos analisados a empresa encontra-se em uma situação boa ou “solvente”, ficando em sempre acima de zero. O melhor resultado foi obtido no ano de 2018, que apresentou um fator de 2,5. O pior resultado apresentado ocorreu no ano de 2016, que foi de 0,49, porém este não é um resultado que liga o alerta de falência. No ano de 2015, o fator calculado foi de 0,85, em 2017 foi de 2,4 e em 2019 diminuiu um pouco para 1,87. Os baixos índices de liquidez seca e os altos índices de participação de capital de terceiros sobre os recursos próprios, foram os principais responsáveis pelos fatores de insolvência mais baixos nos dois primeiros exercícios financeiros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, através de seus Balanços Patrimoniais e Demonstrações do Resultado do Exercício, com a finalidade de verificar como se comportaram seus principais indicadores econômico-financeiros ao longo dos últimos 5 anos.

De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, verificou-se que a empresa aumentou em 37% o seu investimento total. Apesar de ter apresentado prejuízo em 2016, a empresa teve bons números no resultado líquido do exercício, com destaque para 2015 e 2019.

Em relação a liquidez, houve um crescimento neste quesito, se recuperando do exercício de pior resultado em 2016 até 2018. A empresa apresentou bons índices, principalmente nos anos de 2017 e 2018, porém com exceção da Liquidez Geral, todos eles diminuíram em 2019. Já os quocientes de estrutura de capital indicam que a empresa trabalha na sua maior parte com recursos provenientes de terceiros. Indicam também, que até 2018, todo o ativo circulante e uma parte do parque industrial estavam sendo financiados por recursos de terceiros, ou seja, todo o patrimônio líquido estava comprometido com o ativo imobilizado. Além disso, os resultados mostram que as obrigações com terceiros, com exceção de 2016, foram em sua maioria de longo prazo. A empresa deve se atentar a estes índices, pois trabalhando com mais capital de terceiros, a empresa fica mais vulnerável e ainda aumenta a probabilidade de gerar despesas financeiras, porém já houve uma melhora.

A empresa apresenta nos seus indicadores de atividade algumas situações desconfortáveis. Segundo os resultados auferidos, o tempo médio de processamento, estoque e venda dos produtos é bastante alto e mesmo com o tempo médio de recebimento de vendas sendo bastante curto, a empresa fica descoberta por muito tempo depois de pagar aos fornecedores as suas compras, o que faz com que necessite de financiamento externo para o seu capital de giro durante muitos dias. Nesta situação, recomenda-se diminuir este tempo de renovação de estoques para o mínimo possível e tentar negociar prazos mais longos com os fornecedores.

Com relação a rentabilidade, pode-se dizer que a empresa trabalha com uma estrutura de custos mais constante e a parte financeira mais variável, pois manteve

sua margem operacional estável e a margem líquida bastante irregular. Apresenta baixo índice de retorno sobre o investimento total, mas se mostra um bom investimento para os acionistas, mesmo com as constantes variações, apresentando rentabilidade média de 10,8% durante os cinco exercícios analisados. Quanto ao fator de insolvência, os cálculos não apontam para risco de falência em nenhum dos exercícios analisados.

As demonstrações contábeis trazem um grande número de informações sobre as empresas, a análise traz uma síntese destas, traduzindo-as de uma forma mais objetiva e explicativa para o usuário dessas informações, auxiliando-os nas tomadas de decisão. Este trabalho busca enfatizar a importância das técnicas de análise das demonstrações no contexto das organizações atuais, além de avaliar o desempenho de uma empresa como a S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool, devido à sua importância para a economia do país. Uma limitação desta pesquisa é que os resultados são estimados e não há uma forma de diagnosticar precisamente uma empresa somente a partir dos indicadores, porém a utilização de mais técnicas de análise, como a análise dinâmica do capital de giro e análise do grau de alavancagem, podem ajudar a chegar num resultado mais preciso. Recomenda-se que os resultados sejam analisados sempre em conjunto, levando em consideração também, dados externos à organização. Espera-se que este trabalho possa servir de inspiração e motivação para outros, que busquem repetir o estudo com outras empresas do setor sucroalcooleiro ou mesmo outras indústrias em Alagoas.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis: Estrutura, Análise e Interpretação**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dez. de 1976. **Dispõe sobre as Sociedades por Ações**. Brasília, 1976.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis**. 2011.
- FERRARI, Ed Luiz. **Análise de Balanços**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- INSTITUCIONAL. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<http://www.usinacoruripe.com.br/institucional>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- KLIEMANN NETO, F. **Apostila de Engenharia Econômica e Decisão Multicritério**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Departamento de Engenharia de Produção e Transporte, 2005.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.



MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clóvis Luiz; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 2ª ed. rev. E ampl. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

RELATÓRIO da administração 2014 e 2015. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<https://www.ri.usinacoruripe.com.br/centralResultados.java>>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

RELATÓRIO da administração 2015 e 2016. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<https://www.ri.usinacoruripe.com.br/centralResultados.java>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

RELATÓRIO da administração 2016 e 2017. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<https://www.ri.usinacoruripe.com.br/centralResultados.java>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

RELATÓRIO da administração 2017 e 2018. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<https://www.ri.usinacoruripe.com.br/centralResultados.java>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

RELATÓRIO da administração 2018 e 2019. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<https://www.ri.usinacoruripe.com.br/centralResultados.java>>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

SOCIOAMBIENTAL. **Usina Coruripe**. Disponível em: <<http://www.usinacoruripe.com.br/institucional>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

USINA Coruripe é novamente eleita uma das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil. **Cana Online**, 2017. Disponível em: <<http://www.canaonline.com.br/conteudo/usina-coruripe-e-novamente-eleita-uma-das150-melhores-empresas-para-trabalhar-no-brasil.html#.Wqlzk2rwaUk>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

WEYGANT, Jerry J.; KIESO, Donald E.; KIMMEL, Paul D. **Contabilidade Financeira**. Tradução de Ezaide Carvalho da Silva, José Luiz Pavorato. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.